



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DA ZAELI - PL/MT**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 3729, DE 2025

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer diretrizes relativas à comercialização de ovos in natura produzidos em território nacional, com o objetivo de informar, proteger e garantir aos consumidores o acesso a informações adequadas e a segurança no consumo, em conformidade com as boas práticas da avicultura de postura, bem como assegurar condições apropriadas aos animais envolvidos no processo produtivo.

Autor: Deputado MARCELO QUEIROZ

Relator: Deputado RODRIGO DA ZAELI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3729, de 2025, propõe alterar a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer diretrizes relativas à comercialização de ovos in natura produzidos em território nacional, com o objetivo de informar, proteger e garantir aos consumidores o acesso a informações adequadas e a segurança no consumo, em conformidade com as boas práticas da avicultura de postura, bem como assegurar condições apropriadas aos animais envolvidos no processo produtivo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DA ZAELI - PL/MT

A proposição foi distribuída às Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

O Projeto de Lei sujeita-se à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD) e tramita em regime ordinário (art. 151, III, RICD).

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Vem a análise desta Comissão o Projeto de Lei nº 3729, de 2025, que propõe alterar a Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer diretrizes relativas à comercialização de ovos in natura produzidos em território nacional, com o objetivo de informar, proteger e garantir aos consumidores o acesso a informações adequadas e a segurança no consumo, em conformidade com as boas práticas da avicultura de postura, bem como assegurar condições apropriadas aos animais envolvidos no processo produtivo.

O Projeto de Lei traz intenção positiva ao pontuar alguns aspectos do bem-estar animal, porém são casos que podem ser solucionados de forma mais direcionada com ações normativas já efetuadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

O PL 3729/2025, ao propor alterações no Código de Defesa do Consumidor, cria uma série de exigências adicionais para a comercialização de ovos in natura no país. Embora traga a justificativa de ampliar informações ao consumidor, o projeto impõe custos e burocracias que afetam a Agropecuária Nacional.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DA ZAELI - PL/MT

A possível obrigatoriedade de rotulagens detalhadas sobre os sistemas de criação representa um ônus, sobretudo para pequenos e médios produtores, que terão dificuldades em adequar embalagens e processos dentro de suas propriedades dentro do prazo estipulado de 2 anos.

Cabe ressaltar que o texto também abre um grande espaço para insegurança jurídica ao introduzir conceitos subjetivos como “bem-estar psicológico” e “transparência” o que facilita interpretações ideológicas e pressões de grupos ativistas contra sistemas produtivos reconhecidos internacionalmente, como a produção em gaiolas. Esses pontos tendem a recriminar modelos legalmente permitidos e eficientes, induzindo consumidores a uma má percepção do setor.

Também há de se ressaltar outro ponto, com a possível sobreposição de competências, o tema em questão é regulado pelo Ministério da Agricultura e da Pecuária e da Anvisa. Ao adicionar o Ministério da Justiça e Segurança Pública na fiscalização cria-se o risco de ocorrer dupla penalização aos indivíduos e gera risco de judicialização.

Lembra-se também que a adequação a apenas produtos brasileiros podem gerar barreiras não tarifárias que afetariam a competitividade internacional frente a concorrentes externos.

Diante do exposto somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 3729, de 2025.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado RODRIGO DA ZAELI
Relator

